

“ O IMPACTO
ECONÓMICO dos
Institutos
Superiores
Politécnicos ”
em PORTUGAL

- RESUMO DO ESTUDO -

4 de abril de 2019

“ O IMPACTO
ECONÓMICO dos
Institutos
Superiores
Politécnicos ”
em PORTUGAL

- RESUMO DO ESTUDO -



Sumário Executivo

Ao longo dos últimos anos temos assistido ao aumento do interesse pela medição do impacto das Instituições de Ensino Superior (IES) em termos do seu desempenho académico e qualidade de ensino. Neste sentido, foram desenvolvidos vários rankings que hierarquizam as IES, reforçando a importância da transferência de conhecimento, a preocupação com o sucesso escolar e os métodos pedagógicos. Mas para além do seu papel pedagógico, as IES são fundamentais no desenvolvimento socioeconómico das regiões onde estão inseridas.

As limitações à evolução da despesa pública lançaram o debate sobre a função social das IES públicas e em que medida estas ajustaram a sua oferta às necessidades percebidas da sociedade, bem como o impacto das IES no mercado de trabalho e a forma como as IES afetam a economia local. O impacto económico destas instituições nas economias locais é amplamente conhecido e constitui um importante mecanismo de desenvolvimento regional, que proporciona oportunidades educacionais, económicas e culturais que, de outra forma, não existiriam.

Este estudo visa medir o impacto económico de um conjunto de Institutos Politécnicos, situados em diferentes regiões do país, com contextos socioeconómicos diversos e diferentes capacidades de atração de estudantes e contribuir para uma melhor compreensão do impacto económico das IES em Portugal.

Para tal, foi seguida uma abordagem que avalia o impacto dos gastos da própria instituição - docentes, funcionários e estudantes - na região onde estão inseridos através de efeitos diretos e indiretos e sobre o nível de atividade económica local.

Sistema de Ensino Superior Português

O Sistema de Ensino Superior Português é organizado num sistema binário, integrando Universidades e Institutos Politécnicos. Este sistema sofreu uma profunda evolução nos últimos 45 anos, desde 1974, quando foi restaurado o regime democrático em Portugal, passando de três Universidades públicas e cerca de 62.000 estudantes (aproximadamente 1 em cada 10 jovens na faixa etária 18-24 anos) para cerca de 118 IES (públicas e privadas), com cerca de 360.000 estudantes (aproximadamente 4 em cada 10 jovens na faixa etária de 18-24 anos). O sistema público tem cerca de 300.000 estudantes e as instituições privadas cerca de 60.000. Deve notar-se que o Sistema de Ensino Superior público compreende 14 Universidades e 15 Institutos Politécnicos. O sistema polítéc-

nico é caracterizado pela sua capilaridade, com uma disseminação significativa no país, estando presente em mais de 60 municípios (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2017). Nas Universidades públicas estudam cerca de 195.000 estudantes, enquanto que nos Institutos Politécnicos públicos estudam cerca de 113.000 estudantes. O número total de docentes no Ensino Superior é de 33.000, sendo 26.000 no Sistema Público: 16.000 nas Universidades e 10.000 nos Institutos Politécnicos (Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2018).

As taxas de frequência de qualquer nível de ensino, por grupo etário mostram que Portugal está acima da média dos países da Europa para faixas mais jovens, mas abaixo nas faixas mais velhas.

GRUPO ETÁRIO (anos)	5 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 39	≥ 40
PORTUGAL	98	89	37	10	4	1
EU 22	98	87	43	16	6	1

Tabela 1 - Frequência por grupo etário (percentagem do grupo etário correspondente)
Fonte: OCDE (2018) – *Education at a Glance* (2018)

A educação a tempo parcial constitui uma oportunidade de aprendizagem para os adultos, nomeadamente pela aquisição de competências técnicas e profissionais, permitindo a adaptação das suas carreiras a novas circunstâncias e, eventualmente, o acesso a outras oportunidades de trabalho. A percentagem de frequência do ensino superior a tempo parcial, por grupo de idade, é, em Portugal, das mais baixas do conjunto de países da OCDE e da Europa. Em geral, esta percentagem aumenta com a qualificação da população e com a idade.

Caraterização dos Institutos Politécnicos e das regiões

No presente estudo foi incluída a generalidade dos Institutos Politécnicos (IP) da rede pública (com exceção dos Politécnicos do Porto, Coimbra e Lisboa), totalizando 12 Institutos Politécnicos. Destes, quatro localizam-se na zona litoral

(Viana do Castelo, Barcelos, Leiria e Setúbal), três no Centro do país (Viseu, Tomar e Santarém) e cinco no interior (Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Beja).

Instituições Públicas de Ensino Superior Politécnico membros do CCISP (Sedes e Unidades Orgânicas)

- Abrantes
- Águeda
- Amadora
- Angra do heroísmo
- AVEIRO
- CÁVADO E AVE
- Barreiro
- BEJA
- BRAGANÇA
- Caldas da Rainha
- CASTELO BRANCO
- COIMBRA
- Estoril
- ÉVORA
- FARO
- Felgueiras
- FUNCHAL
- GUARDA
- Idanha-a-Nova
- Lamego
- LEIRIA
- LISBOA
- Melgaço
- Mirandela
- Olizeira de Azeméis
- Oliveira do Hospital
- Paço d'Arcos
- Peniche
- PONTA DELGADA
- Ponte de Lima
- PORTALEGRE
- Portimão
- PORTO
- Rio Maior
- SANTARÉM
- Seia
- SETÚBAL
- TOMAR
- Valença
- VIANA DO CASTELO
- Vila do Conde
- VISEU



Figura 1 - Distribuição dos Institutos Politécnicos membros do CCISP

Os 12 Institutos Politécnicos participantes no estudo estão contornados a azul escuro (Fonte: CCISP).

Tendo como objetivo medir o impacto económico dos Institutos Politécnicos na região onde estão inseridos, a área geográfica para efeitos do estudo compreendeu os concelhos onde os diversos Institutos Politécnicos têm Escolas localizadas: IP-Beja (Beja); IP-Bragança (Bragança e Mirandela); IP-Castelo Branco (Castelo Branco e Idanha-a-Nova); IP-Cávado e Ave (Barcelos); IP-Guarda (Guarda e Seia); IP-Leiria (Leiria, Peniche e Caldas da Rainha); IP-Portalegre (Portalegre e Elvas); IP-Santarém (Santarém e Rio Maior); IP-Setúbal (Setúbal e Barreiro); IP-Tomar (Tomar e Abrantes); IP-Viana do Castelo (Viana do Castelo, Ponte de Lima, Valença e Melgaço); IP-Viseu (Viseu e Lamego).

Em termos de caracterização o número de docentes, funcionários, estudantes e percentagem de docentes doutorados, verifica-se que existe uma diferença no número de estudantes entre os vários Institutos Politécnicos, destacando-se, claramente, o IP-Leiria com o número mais elevado e os IP de Beja, Portalegre e Tomar com o número mais reduzido. Embora haja uma tendência para os Institutos Politécnicos localizados no interior apresentarem um número de estudantes mais reduzido, é de destacar o facto de o IP-Bragança ser o segundo em termos do número de estudantes, apesar de se situar no interior do país.

INSTITUTO	DOCENTES	FUNCIONÁRIOS	ESTUDANTES	% DOUTORADOS
BEJA	260	138	2091	49,9
BRAGANÇA	537	275	7054	52,2
CASTELO BRANCO	435	212	3794	52,0
CÁVADO E AVE	282	60	4236	60,5
GUARDA	229	153	3038	55,1
LEIRIA	915	324	10914	57,3
PORTALEGRE	207	141	2005	52,0
SANTARÉM	296	174	3852	42,2
SETÚBAL	639	171	5872	51,9
TOMAR	212	120	1974	48,0
VIANA DO CASTELO	335	177	4350	68,5
UISEU	422	229	5202	51,2

Tabela 2 - Caracterização dos Institutos Politécnicos em termos de docentes, funcionários, estudantes, e percentagem de docentes doutorados

A nível do número de docentes também existe variedade, algo que está diretamente relacionado com o número de estudantes de cada Instituto Politécnico. Um aspeto digno de ênfase é o facto de a generalidade dos Institutos Politécnicos ter mais de 50% de docentes doutorados, o que traduz o esforço que estas Instituições têm feito ao longo dos últimos anos para melhorar significativamente a qualificação do seu corpo docente, apesar de todos os constrangimentos.

Com exceção do valor para a população residente (correspondendo às populações dos concelhos onde os diversos Institutos Politécnicos estão localizados), apresentam-se os valores mínimos e máximos dos diferentes indicadores para os concelhos onde se localizam os 12 Institutos Politécnicos incluídos no estudo.

Em geral, da análise destes indicadores é possível verificar quão diferente são os concelhos/regiões onde se situam os Institutos Politécnicos. Por exemplo, verifica-se que a densidade populacional é significativamente mais baixa para os Institutos Politécnicos situados no interior do país do que nos localizados na zona litoral (apresentando, também, uma população residente mais reduzida).

Também se pode observar que os níveis de analfabetismo e envelhecimento da população tendem a ser mais elevados para os concelhos localizados no interior. Já quanto ao indicador relativo ao poder de compra não é tão evidente uma dicotomia entre interior e litoral, uma vez que alguns concelhos localizados no interior apresentam um nível de poder de compra mais elevado do que a média nacional enquanto outros concelhos situados no litoral apresentam um nível de poder de compra inferior à média nacional.

Em síntese, estes indicadores evidenciam como a realidade das regiões torna a presença dos Institutos Politécnicos ainda mais importante e relevante e que uma mera comparação entre litoral e interior é redutora da análise, uma vez que existem Institutos Politécnicos localizados em regiões que abrangem concelhos com indicadores muito diversos.

Evolução do PIB das regiões

Um dos elementos que permite contextualizar a relevância do estudo prende-se com a evolução do PIB das regiões onde se situam os diferentes Institutos Politécnicos incluídos no presente estudo. Assim, é possível verificar

a evolução da taxa de crescimento do PIB real das NUT III, onde estão localizados os diferentes Institutos Politécnicos, para o período compreendido entre 2000 e 2016.

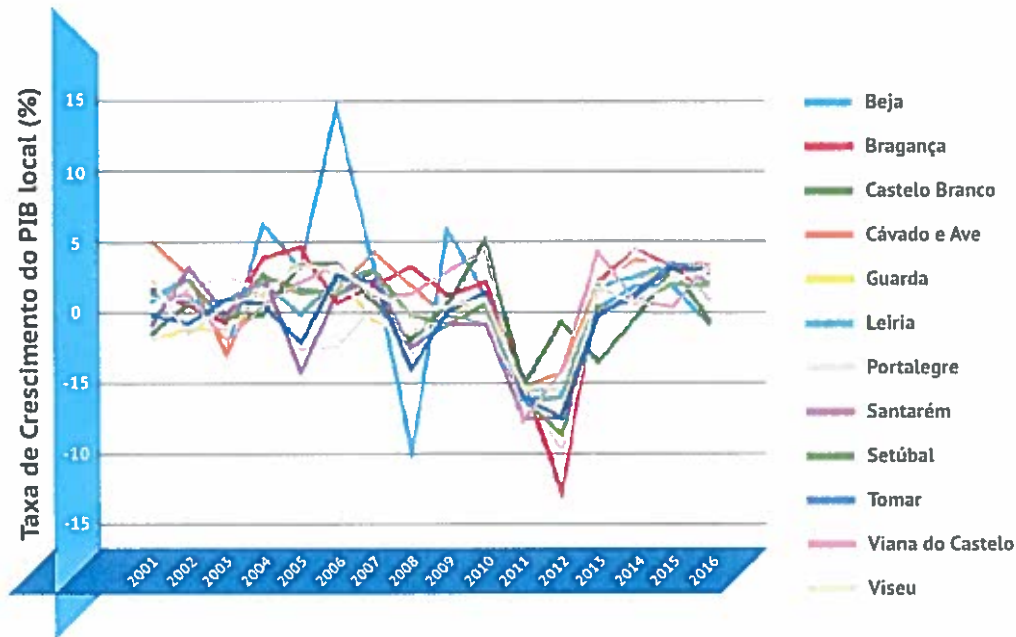


Figura 2 - Taxa de crescimento real do PIB local

Analisando os dados recolhidos é possível identificar três períodos onde se verifica uma redução da taxa de crescimento do PIB para as diferentes regiões onde os Institutos Politécnicos estão situados. A primeira corresponde aos anos de 2002 e 2003. A segunda aos anos de 2007 e 2008, período que corresponde ao início da crise financeira internacional e que teve impactos económicos na generalidade dos países desenvolvidos. Finalmente, o terceiro período corresponde aos anos de 2010 e 2012,

com a crise das dívidas soberanas em vários países da Zona Euro, e à qual Portugal não foi alheio. O país viu-se na necessidade de pedir apoio financeiro internacional ficando sujeito a um programa de ajustamento financeiro que teve importantes efeitos económicos recessivos. Nos últimos anos da análise, verifica-se que a taxa de crescimento real se tem mantido estável num valor ligeiramente acima dos dois por cento ao ano.

Financiamento Público

A evolução do financiamento com origem na Administração Central para o caso dos Institutos Politécnicos incluídos neste estudo, para o período compreendido entre 2006 e 2017 (a preços constantes de 2011) é semelhante em termos do financiamento aos Institutos Politécnicos, quando comparada com a evolução do PIB local apresentada anteriormente. Da análise dos dados apresentados no gráfico,

verifica-se uma evolução semelhante em termos do financiamento aos Institutos Politécnicos, quando comparada com a evolução do PIB local apresentada anteriormente. Nos anos em que se iniciou a crise (2007 e 2008) verifica-se uma redução dos financiamentos, a qual se acentua significativamente nos anos de 2010 a 2012. Nos anos mais recentes, verifica-se uma estabilização do valor do financiamento público.

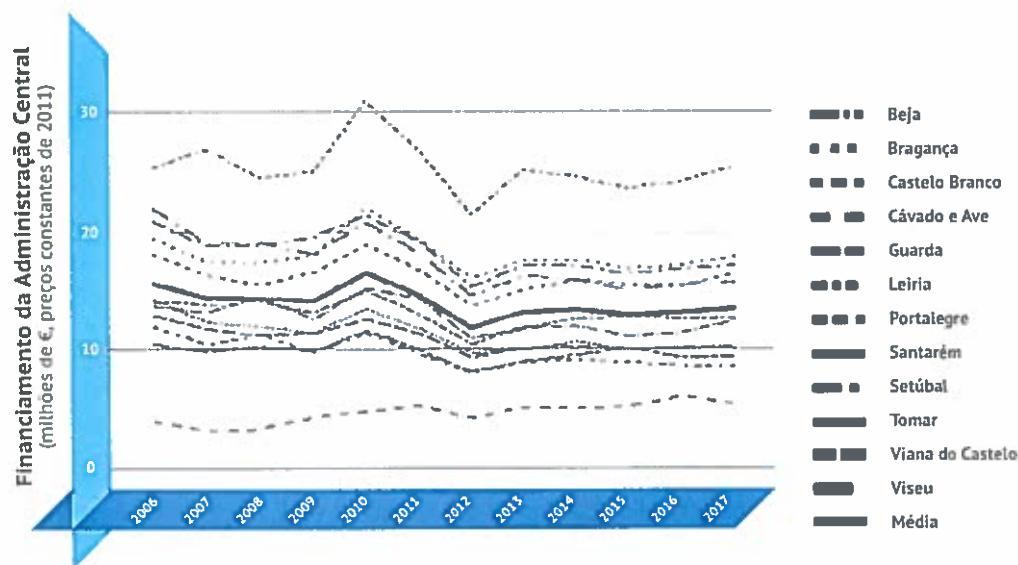


Figura 3 - Evolução do financiamento público por Instituto Politécnico

Gasto anual por estudante do Ensino Superior



Apesar do enorme esforço que Portugal tem realizado no ensino superior e na ciência, em particular neste período o gasto em Investigação e Desenvolvimento passou de 300 milhões para 1.000 milhões de euros, o que o gráfico mostra é que os restantes países não ficaram imobilizados, continuando a canalizar fortes investimentos para esta área. E, assim, apesar desse grande esforço, a posição relativa de Portugal, cerca de 70% do valor gasto pelo conjunto de países da OCDE, não se altera, podendo até agravar-se como mostra a evolução dos gastos

nos anos mais recentes. Sendo sujeito a debate o papel do ensino superior e da ciência no desenvolvimento dos países e, em particular, na transformação da sua atividade produtiva, esta evolução merece alguma preocupação. Os diversos governos deveriam definir políticas para o ensino superior e ciência que sejam consonantes com o modelo de desenvolvimento que se espera para Portugal.

Metodologia



Para a recolha de dados primários foram construídos três inquéritos diferentes para cada um dos corpos (estudantes, funcionários docentes e não docentes). Os questionários foram disponibilizados on-line para docentes e funcionários e estudantes, em sala de aula, sendo que num caso, o questionário aos estudantes foi administrado em papel.

Os questionários de funcionários e docentes, compreenderam cerca de 40 questões e estavam organizados em três secções: caracterização profissional (categoria profissional, vínculo de emprego e local de trabalho); caracterização pessoal e familiar (estado civil, habilitações académicas, a estrutura familiar e concelho de residência); e condições de vida (alojamento, rendimentos, gastos, transportes, visitas, empréstimos e poupanças).

Em relação aos colaboradores docentes e funcionários, optou-se por enviar o inquérito à totalidade das duas populações, de forma evitar eventuais questionamentos sobre o anonimato das respostas. O número de inquiridos variou entre 69 e 217 para os docentes, entre 51 e 106 para os funcionários e entre 196 e 739 para os estudantes. Percentualmente, relativamente ao universo potencial de respondentes, as respostas variaram entre os seguintes valores: docentes (21,5 e 69,1), funcionários (19,6 e 98,3) e estudantes (6,2 e 15,6).



Resultados

A diferença entre os gastos médios/medianos mensais de docentes e funcionários se situa na ordem dos 600 euros mensais, o que espelha diferença de níveis remuneratórios. Os gastos medianos dos docentes variam aproximadamente entre 1.500 e 1.900 euros mensais enquanto os gastos dos funcionários variam entre 1.000 e 1.400 euros. Tendo em atenção que o intervalo apresentado situa os gastos de 50% dos respondentes, e tendo presente os números de funcionários e docentes de cada instituição, é fácil intuir a importância económica da presença dos diversos institutos nas regiões onde se localizam.

O valor dos gastos médios dos estudantes que mudaram de concelho de residência para estudar, bem como as percentagens relativas aos efeitos de exportação (estudantes que se deslocaram para estudar no Instituto Politécnico) e de substituição de importações (estudantes da região que declararam que iriam estudar para outra região caso não existisse o Instituto na sua região).

O gasto médio mensal dos estudantes que mudaram de residência varia entre 377 € para o IP-Bragança e 587 € para o IP-Setúbal, sendo o valor mediano destes gastos de 472 €.

Relativamente ao efeito de exportação, constata-se que a percentagem varia entre 10,0% para o IP-Cávado e Ave e os 81,9% para o IP-Bragança, sendo o valor mediano de 49,2 %. O efeito de exportação parece ser mais importante para os Institutos Politécnicos localizados no interior do país.

A relação entre o efeito de exportação e a população residente nos concelhos em que o respetivo Politécnico está localizado. Verifica-se que os Institutos Politécnicos do interior tendem a apresentar um efeito de exportação mais elevado do que os situados na zona litoral do país. Este facto é um indicador da relevância daqueles Institutos Politécnicos para a região onde estão inseridos, pois contribuem para atração de jovens para regiões mais despovoadas e envelhecidas, levando, porventura, sua fixação nessas regiões. Quanto ao efeito de substituição de importações, as percentagens variam entre 6,3% para o IP-Tomar e 81,3% para o IP-Santarém, sendo o valor mediano de 67,2 %.

O impacto direto dos Institutos Politécnicos na região onde estão inseridos, evidencia as quatro fontes de gasto, identificados no modelo de impacto anteriormente apresentado.

	BEJA	BRAGANÇA	C. BRANCO	CÁVADO e AVE	GUARDA	LEIRIA	PORTALEGRE	SANTARÉM	SETÚBAL	TOMAR	VIANA do CASTELO	VIÇEU
PIB Regional ² (1000€)	567.860	611.982	743.694	1.487.738	787.388	3.095.872	470.037	1.006.265	3.299.929	866.372	1.738.274	1.750.541
Impacto Total (1000€)	18.604	64.647	39.302	32.682	35.741	129.477	17.277	44.962	58.363	18.009	33.484	44.800
Peso no PIB	3,28%	10,56%	5,28%	2,20%	4,54%	4,18%	3,68%	4,47%	1,77%	2,08%	1,93%	2,56%
Financiamento Público (1000€)	10.877	19.376	17.834	5.822	11.202	27.647	9.356	13.787	18.516	10.227	13.509	16.956
Atividade Económica ³	1,71	3,34	2,20	5,61	3,19	4,68	1,84	3,26	3,15	1,76	2,48	2,64
Posição de Empregador ⁴	3	3	3	6	4	2	3	4	2	3	5	4
Empregos Criados ⁵	508	2.188	1.280	1.106	1.164	4.218	471	1.227	1.349	387	1.133	1.460
População Ativa (%)	3,15%	9,02%	4,67%	1,92%	3,99%	4,34%	2,25%	3,29%	1,47%	1,81%	1,69%	2,58%
Multiplicador de Empregos ⁵	1,28	2,69	1,98	3,23	3,05	3,40	1,35	2,61	1,66	1,77	2,21	2,24

Tabela 3 - Indicadores síntese para os vários Institutos Politécnicos

* PIB regional entendido como o PIB dos concelhos onde os Institutos estão localizados

¹ Extrapolado a partir das taxas de crescimento do PIB das NUT III para o período entre 2000 e 2016.

² Considerando um valor do multiplicador de 1,7.

³ Nível de atividade económica gerada por cada euro de financiamento público.

⁴ Calculado com base no conceito de produtividade aparente do trabalho.

⁵ Calculado com base na razão entre o número de empregos criados e número de funcionários do respetivo Instituto Politécnico

O impacto direto varia entre 10 milhões de euros para o IP-Portalegre e 76 milhões de euros para o IP-Leiria. Como seria expectável, o principal impacto decorre dos gastos efetuados pelos estudantes na aquisição de bens e serviços (incluindo o alojamento). Estes representam, em média, cerca de 80% do impacto direto total (variando entre uma percentagem de 70% para o IP-Santarém e de 86% para o IP-Viana do Castelo).

A segunda fonte de impacto mais relevante prende-se com os gastos relacionados com os docentes, correspondendo, em média, a cerca de 13% do impacto direto (a percentagem

mais baixa verifica-se para o IP-Cávado e Ave, 3%, e a mais elevada para o IP-Tomar, 19%). Os gastos dos funcionários significam, em média, cerca de 3%, com um valor mais baixo (1%) para os IP-Cávado e Ave e mais elevado (6%) para o IP-Guarda. Saliente-se que, apesar dos gastos da instituição representarem, em média, cerca de 4% do impacto direto, estes gastos referem-se apenas a gastos correntes em bens e serviços dirigidos a empresas locais (não estão incluídos gastos em bens de capital e, sendo os salários, a principal componente de gastos das IES, esse efeito é calculado via gastos dos respetivos funcionários e docentes).

É possível ver também o impacto direto dos Institutos Politécnicos na região onde estão inseridos, evidenciando-se as quatro fontes de gasto, onde é clara a importância dos gastos dos estudantes.

Tendo em conta a forte relação entre as despesas dos estudantes e o impacto direto, é evidente uma relação linear crescente entre o impacto na economia local e o número de estudantes do respetivo Instituto Politécnico. Ou seja, por cada estudante adicional há um impacto direto anual de cerca de 6.850 euros na economia local.

Finalmente, é importante ressaltar um aspeto relativo à interpretação e análise dos resultados apresentados. Num estudo da natureza do agora apresentado, foi necessário assumir

um conjunto de pressupostos que podem ter influência nos valores obtidos. Alguns desses pressupostos relacionam-se com, por exemplo, a definição da área geográfica de estudo, a estimativa para o valor do PIB do conjunto de concelhos em que está inserido o Politécnico, o valor do multiplicador da despesa utilizado para se obter o impacto global, e o cálculo do número de empregos criados. Contudo, um princípio que norteou desde o início do estudo a equipa do projeto foi o rigor metodológico a seguir. Assim, conscientes das limitações dum estudo desta natureza, importa salientar que os valores obtidos devem ser lidos não como valores exatos, mas como indicadores da ordem de grandeza dos impactos gerados.

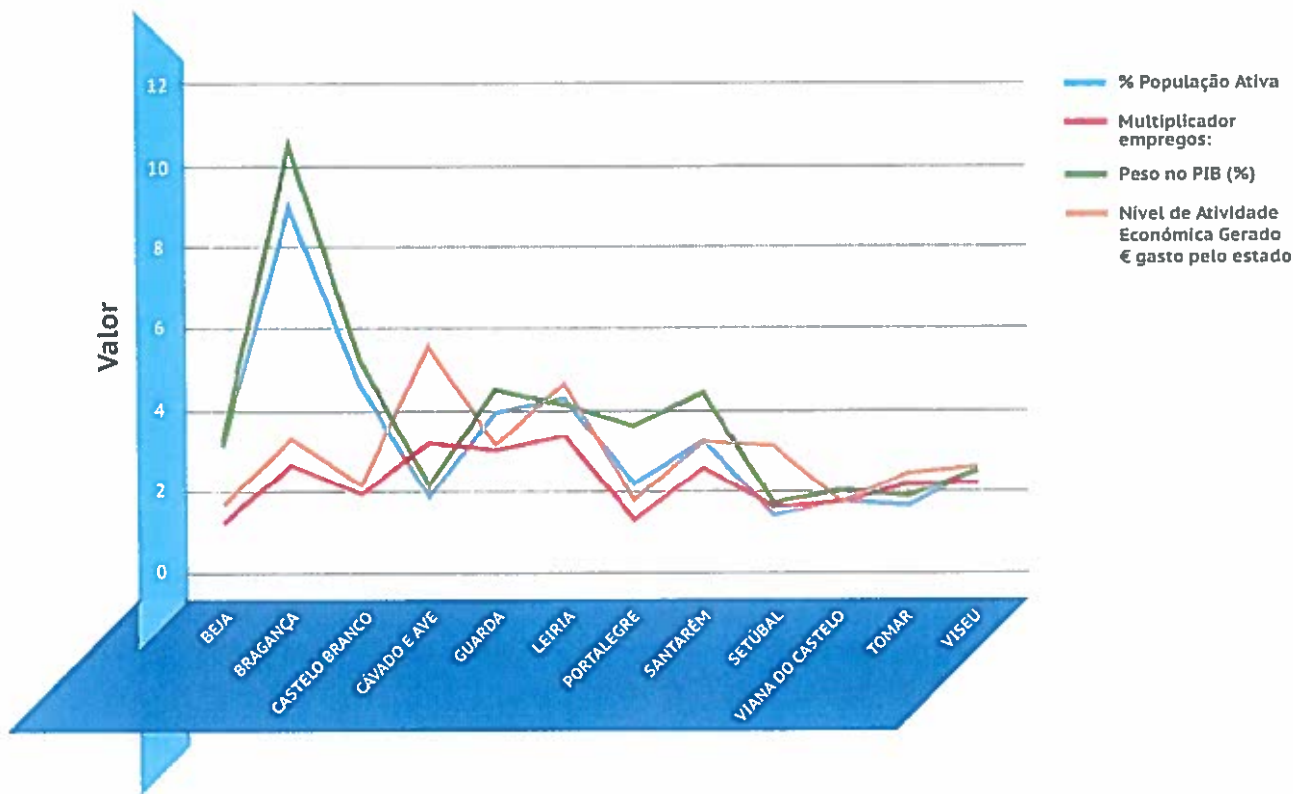


Figura 4 - Indicadores da relevância dos Institutos Politécnicos.



Conclusão

O presente estudo permitiu obter uma estimativa para o impacto económico de um conjunto de Institutos Politécnicos nas respetivas regiões onde estão inseridos. Os resultados obtidos põem em evidência, sem dúvida, a importância destas instituições para a dinamização da economia local, a criação de emprego e a atração e fixação de pessoas, sobretudo no caso de regiões mais interiores e despovoadas.

Neste estudo foi seguida a abordagem pela procura, estimando-se os gastos realizados pelos docentes, funcionários, estudantes e a própria instituição em aquisições de bens e serviços na respetiva região, distinguindo-se entre efeitos diretos, indiretos e induzidos. A utilização de um modelo comum para a avaliação dos impactos económicos dos 12 Institutos Politécnicos incluídos neste estudo, permite uma reflexão global sobre a importância do subsistema politécnico público na realidade portuguesa. Além disso, este trabalho retrata a diversidade dos Institutos Politécnicos envolvidos, não apenas nas suas diferentes dimensões, mas também nos seus contextos socioeconómicos e regionais.

Para além destes benefícios de cariz económico, deve ser reconhecido que existe, simultaneamente, uma ampla gama de impactos não

monetários na economia local (por exemplo, melhor saúde, baixas taxas de criminalidade, maior estabilidade familiar e menor dependência de programas de assistência social) que devem ser levados em consideração. De facto, os benefícios resultantes da existência de uma IES numa dada região podem ser classificados em benefícios privados e sociais, juntamente com impactos monetários e não monetários.

Numa era não só da economia do conhecimento, mas sobretudo de sociedades do conhecimento, as IES desempenham um papel fulcral pois contribuem para a dinamização das economias locais (através do crescimento económico, criação de empregos e maiores níveis de investimento), para o aumento da produtividade (através da melhoria das qualificações profissionais e das atividades de investigação e desenvolvimento) e para o aumento do bem-estar da sociedade em geral. Este estudo reforça, assim, a missão pública dos Institutos Politécnicos como agentes de desenvolvimento e coesão territorial, transformadores da realidade e, como garantia de equidade de acesso ao ensino superior. A valorização, pelas populações, da presença dos Institutos nos respetivos concelhos resulta, justamente da consciência desta missão pública e do seu impacto nas regiões.

